

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2012

Anexo ao Balanço de 31 de Dezembro de 2012

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Prévia

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de Dezembro de 2012.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com excepção das rubricas 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.17., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril (2.ª Série).

Todos os bens do activo imobilizado foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

b) Existências e Materiais Diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.

O método de custeio das saídas adoptado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

c) Dívidas de Terceiros

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa foi adoptado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Quanto às provisões para fazer face a riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, foi utilizado o critério tipificado pelo POCAL.

d) Acréscimos e diferimentos

Nota introdutória:

Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.

271 - Acréscimos de proveitos:

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

2711 – Juros a receber:

Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.

272 – Custos diferidos:

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afectar directamente a respectiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos:

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer-se em exercício ou exercícios posteriores.

2732 - Remunerações a liquidar:

Compreende, entre outras, as remunerações (e respectivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respectivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respectivos.

Assim, em 31 de Dezembro de 2012 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2013, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de Dezembro de 2012. De salientar que neste ano, especialmente por força do programa de ajustamento financeiro em vigor, este princípio incidirá sobre os rendimentos até 600,00€ e de 600,00€ a 1.100,00€ com os respectivos cortes aplicados ao último escalão de rendimentos referido.

Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respectivos encargos vencidos em 31 de Dezembro, deve ser dado o tratamento contabilístico presentemente adoptado no Balanço.

274 - Proveitos diferidos:

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 - Subsídios para investimentos:

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com activos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento no âmbito do Fundo de Coesão, do FEDER e do FEOGA.

8.2.6. No que concerne as “Despesas de investigação e de desenvolvimento”, realizadas em 2012, podemos referir que as mesmas dizem respeito a projeto de arquitetura.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:




8.2.7 **Activo bruto**

Ano: 2012

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo final	Un. €
De bens de domínio público:									
Terrenos e recursos naturais	960.104,53		19.822,31					979.926,84	
Edifícios									
Outras construções e infra-estruturas	134.728.544,88		59.915,97				1.145.361,01	135.933.821,86	
Bens do património histórico, artístico e cultural	269.540,00							269.540,00	
Outros bens de domínio público	4.129.059,89		22.946,14				90.077,74	4.242.083,77	
Imobilizações em curso	32.082.392,12		1.159.926,12				-1.231.573,66	32.010.744,58	
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	9.566,94							9.566,94	
	172.179.208,36		1.262.610,54				3.865,09	173.445.683,99	
De imobilizações incorpóreas:									
Despesas de instalação	519.022,44		1.067,50					520.089,94	
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.043.651,73		130.270,59					1.173.922,32	
Propriedade industrial e outros direitos	1.214.820,41		1.067,17					1.215.887,58	
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	2.777.494,58		132.405,26				0,00	2.909.899,84	
De imobilizações corpóreas:									
Terrenos e recursos naturais	3.038.378,56							3.038.378,56	
Edifícios e outras construções	67.095.461,74		97.293,42				178.011,19	67.370.766,35	
Equipamento básico	12.441.357,26		178.450,68			111.952,14		12.507.855,80	
Equipamento de transporte	3.846.411,67		39.180,58	39.180,58				3.846.411,67	
Ferramentas e utensílios	231.245,69							231.245,69	
Equipamento administrativo	8.862.652,16		24.855,99			27.861,99		8.859.646,16	
Taras e vasilhame									
Outras imobilizações corpóreas	2.270.627,27							2.270.627,27	
Imobilizações em curso	24.991.084,55		369.790,46				-181.876,28	25.178.998,73	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	183.500,00		709.571,13	39.180,58		139.814,13	-3.865,09	183.500,00	
	122.960.718,90		709.571,13	39.180,58		139.814,13	-3.865,09	123.487.430,23	
De investimentos financeiros:									
Parte de capital									
Obrigações e títulos de participação									
Investimentos em imóveis:									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Outras aplicações financeiras:									
Depósitos em instituições financeiras									
Títulos da dívida pública									
Outros títulos									
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros									
	5.500.251,79							5.500.251,79	

Amortizações e provisões

Ano: 2012

8.2.7

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Un. €

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	86.366.696,26	6.205.351,69	0,00	92.572.047,95
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	881.210,29	170.517,22	0,00	1.051.727,51
	87.247.906,55	6.375.868,91	0,00	93.623.775,46
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	378.414,81	25.238,98	0,00	403.653,79
Propriedade industrial e outros direitos	624.113,29	116.106,69	0,00	740.219,98
	1.002.528,10	141.345,67	0,00	1.143.873,77
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções				
Edifícios	6.271.577,84	1.001.306,16	0,00	7.272.884,00
Outras Construções	3.307.821,75	313.603,39	0,00	3.621.425,14
Equipamento básico	9.797.959,49	743.297,53	-111.700,89	10.429.556,13
Equipamento de transporte	2.784.307,66	245.065,63	0,00	3.029.373,29
Ferramentas e utensílios	193.937,07	13.148,36	0,00	207.085,43
Equipamento administrativo	7.992.944,42	356.330,82	-27.861,99	8.321.413,25
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.854.276,74	39.462,04	0,00	1.893.738,78
	32.202.824,97	2.712.213,93	-139.562,88	34.775.476,02
De investimentos financeiros:				
Parte de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, estão desagregadas na relação do Património do Município de Albufeira, que será apresentado pela DGF/DCPGP/GP juntamente com a prestação de contas em apreço, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do activo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de Aquisição;
- Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de Amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do activo imobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do activo imobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de imobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2012, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 2.976.743,79, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 532.620,18.

O saldo do capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo obtidos em 31 de Dezembro de 2012 é de € 27.379.326,16.

As despesas realizadas inerentes a Empréstimos obtidos de médio e longo prazo constam do quadro seguinte.



**ENDIVIDAMENTO
EMPRESTÍMIOS**

(De harmonia com o ponto n.º 8.3.6.1 do POCAL)

Ano: 2012
(Unidade: Euro)

Município de Albufeira

Caracterização do empréstimo	N.º empréstimo	Entidade	Data de aprovação pela A. M.	Data de constituição do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Encargos de ano				Divida em 1 de Janeiro de 2012	Divida em 31 de Dezembro de 2012	Observações																	
							Número de registo	Data		Contrabato	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros não pagos																				
Total/A transportar																																					
	00180000259870019	C.G.D.	30.03.93	17.05.93	25	18	24388	20.04.03	Invest. Habít. Social abrangido do D.L. N.º 110/85 de 17 Abril (04 fogos) (1)*	295.353,20	295.353,20	10,500%	1,810%	18.925,26	1.310,26	20.235,52		126.665,00	107.760,00																		
	00180000264870019	C.G.D.	22.04.94	23.05.94	26	16	44045	09.05.94	Invest. Habít. Social abrangido do D.L. N.º 110/85 de 17 Abril (04 fogos) (1)*	716.376,53	716.376,53	7,700%	1,055%	361.167,99	3.745,03	41.933,92		359.794,21	320.596,22																		
	00180000284870019	C.G.D.	21.06.99	23.07.99	25	13	12325	07.07.99	Invest. Habít. Social abrangido do D.L. N.º 110/85 de 17 Abril (04 fogos) (1)*	870.220,00	845.780,03	3,050%	0,801%	53.345,46	3.076,02	57.021,48		439.886,25	380.542,79																		
	90150000106870019	C.G.D./BEI	27.08.01	23.08.01	20	11	223001	09.08.01	Investimento (N)	3.242.186,33	3.242.186,33	4,000%	5,710%	160.550,59	117.615,29	278.174,88		2.096.504,75	1.935.945,16																		
	90150000106870027	C.G.D.	29.04.02	21.08.02	20	10	128102	12.06.02	Investimento (N)	5.000.000,00	5.000.000,00	4,200%	0,870%	255.197,52	67.223,16	349.420,68		2.225.257,30	2.027.770,24																		
	274602242008	B.E.S.	29.04.02	12.06.02	20	10	128202	12.06.02	Investimento (N)	0.071.150,00	0.071.150,00	4,250%	2,310%	836.242,32	40.680,22	584.830,54		3.270.218,03	2.994.021,31																		
	9015000526791 (90150011884870019)	C.G.D.	20.06.03	20.06.03	20	9	39903	07.08.03	Urbanização, no âmbito de uma OCA II (DL 144/00 de 15/07) (1)*	391.430,00	372.470,46	1,000%	2,693%	19.120,08	5.766,00	24.886,08		229.441,07	210.320,99																		
	90150013925870019	C.G.D.	30.09.03	18.09.03	15	9	12748	13.10.03	Abastecimento de Água no âmbito de uma OCA II (DL 144/00 de 15/07) (1)*	770.000,00	770.000,00	2,856%	2,42500%	66.987,72	9.819,68	76.807,40		455.979,01	394.071,89																		
	91400001882970019	C.G.D.	30.09.03	08.10.04	15	8	254504	24.11.04	Investimento (N)	830.000,00	830.000,00	2,573%	2,10000%	69.186,67	10.346,89	79.533,56		553.333,36	484.105,09																		
	2031329350001	BPI	30.06.05	13.07.05	15	6	160205	26.07.05	Investimento (N)	900.000,00	900.000,00	2,296%	1,67900%	73.384,19	7.371,25	80.755,44		660.727,97	616.363,78																		
	2031328530003	BPI	05.11.08	04.11.08	20	3	159508	21.01.09	Investimento (N)	18.000.000,00	15.432.163,56	4,996%	1,637%	897.342,42	190.750,40	1.010.090,82		14.760.156,74	13.031.814,32																		
			30.06.09	23.06.09	15	3	130209	14.10.09	Investimento (N)	2.916.002,00	2.156.077,60	2,400%	2,18900%	605.081,18	41.467,75	646.548,93		2.156.077,60	1.951.016,42																		
Total/A transportar										44.199.896,39	48.816.835,64			2.876.743,79	632.620,18	3.509.363,97		30.356.069,95	27.279.236,16																		
Limite de endividamento																																					

b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.
c) Utilizar (1), se estiver dentro do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), nos casos cobertos.
* dentro do limite de endividamento, conforme o disposto no artigo 6.º do artigo 2.º da Lei 144/00, de 6 de Agosto.



8.2.12. Estes valores constam da relação entregue pela DGF/DCPGP/GP, supra referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação entregue pela DGF/DCPGP/GP, supra referida no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e por outro lado, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objecto de amortização, são os legalmente consagrados como terrenos e recursos naturais não afectos à extracção, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação da DGF/DCPGP/GP referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de Agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respectivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de Junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de Junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de Novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001 de 26 de Maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de Maio de 2001.

Em 8 de Novembro e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003 foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de Fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objecto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social da empresa à data de 31 de Dezembro de 2011, era de € 29.825.000,00, sendo € 12.325.000,00 da área de negócio de tratamento de água e € 17.500.000,00 da área de negócio do saneamento. O valor nominal de cada acção é de € 5,00. Em 31 de Dezembro faltava realizar € 594.125,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 acções (que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 acções da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de Março de 2003, foi deliberado o aumento do respectivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios, atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 acções, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 acções no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,95% do Capital Social da empresa.

Tendo em atenção que o relatório de 2012 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2011.



Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2011, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 560.921.913, o Volume de Negócios é de € 53.742.086, o Capital Próprio é de € 35.114.568 e o Resultado Líquido é de € 3.239.065.

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede na Rua Cândido Guerreiro nº 43 – 3º frente, 8000-318 Faro, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de Maio.

O capital social da empresa em 2011 é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 acções de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 acções da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00 que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos.

Tendo em atenção que o relatório de 2012 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2010

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2011 salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 120.391.667,78, o Capital Próprio é de € 10.942.543,54, o Volume de negócios é de € 17.009.364,72 e o Resultado Líquido é de € 1.545.547,45.



➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de Fevereiro.

Tem capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 acções nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Em 16 de Maio de 2001, foi outorgado entre a Sociedade “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, e a “*Parque Expo 98, S.A*”, Contrato de Mandato, nos termos do qual a *PolisAlbufeira* concedeu à *Parque Expo*, mandato de representação, mediante retribuição para prestação e conclusão, segundo instruções e directivas da mandante de Serviços de Apoio e Assessoria Financeira, Apoio e Assessoria Jurídica, Divulgação e Conhecimento, Arquitectura e Ordenamento, Controlo e Planeamento e Engenharia e Fiscalização, visando a divulgação, coordenação global e gestão da Intervenção;

Nos termos daquele Contrato, a mandatária referenciada ficou responsável pelo fornecimento dos serviços necessários a uma gestão integrada de todas as actividades relativas à realização do Programa Polis de Albufeira, sendo que a vigência daquele terminava em Dezembro de 2007. Sucedeu, no entanto, que acordaram os outorgantes prorrogar a vigência daquele contrato até Setembro de 2008, atenta a previsão da necessidade de assegurar a conclusão de actividades ainda em curso, no âmbito da intervenção do Programa Polis. A prorrogação do mencionado *Contrato de Gestão Global*, acarretou a obrigação do pagamento, pela *Sociedade PolisAlbufeira* à *Parque Expo*, da quantia de € 446.304,00. A “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, encontrava-se em fase de liquidação, sendo o termo daquele processo fixado para 31 de Dezembro de 2008.

No decorrer do ano 2008, os accionistas acima mencionados aprovaram a realização de prestações suplementares de capital no montante total de € 446.304,00, a suportar pelos accionistas na proporção do capital social detido por cada um. O valor realizado pelo Município de Albufeira foi de € 178.521,60.

Passa-se de seguida a uma breve análise do relatório e contas de 2010, da qual se salientam os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 34.649.855, o Capital Próprio é de € 31.996.065,00, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objectivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 acções da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2012 ainda se encontra em fase de elaboração e os de 2003 a 2011 ainda não estão disponíveis, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objecto social da Sociedade é promover e executar acções relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infra-estruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a colectividades territoriais, acções de formação e acções internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objecto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projectos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infra-estruturas de apoio ao

desenvolvimento local, à criação de acções de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de acções, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções colectivas de pequena escala, pólos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respectivo objecto social, a promoção e execução de projectos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projectos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2011 é de € 279.500,00 €, dividido em acções com o valor nominal de € 10,00 € cada uma, nos termos do constante dos respectivos estatutos.

Atento nos objectivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas acções por aquela desenvolvidas em cumprimento do respectivo objecto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como accionista, mediante a subscrição de 100 acções nominativas, num valor total de € 1.000,00, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2012 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas referente ao exercício de 2011, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 1.104.693,93, o Volume de Negócios é de € 102.170,17, o Capital Próprio é negativo em € 160.637,29 e o Resultado Líquido é negativo em € 97.827,97.

8.2.19. Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

8.2.22. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa ascende a € 4.459.680,43.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - CONTAS DE ORDEM

Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	753.863,13		130.292,70	64.211,50	819.944,33	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	1.416,86				1.416,86	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	752.446,27		130.292,70	64.211,50	818.527,47	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				178.858,69		178.858,69
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				178.858,69		178.858,69
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas						
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Accionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		753.863,13	0,00	130.292,70	243.070,19	641.085,64	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	5.021.847,88		4.443.187,49	3.786.867,61	5.678.167,76	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes	3.067.894,56		20.598.385,79	20.317.000,28	3.349.280,07	
Total de Recibos para Cobrança		8.089.742,44	0,00	25.041.573,28	24.103.867,89	9.027.447,83	
Total		8.843.605,57	0,00	25.171.865,98	24.346.938,08	9.668.533,47	

De referir que o movimento credor, no valor de 64.211,50€, registado na conta “09322 - Prestadas por Fornecedores de Imobilizado” deve-se às correções efetuadas em 2012 de duas anomalias que foram detetadas referentes ao ano de 2011.

Em 2011 aquando da retenção para depósito de garantia referente à empreitada de “Sistema de Intercepção de Paderne – Interceptor de Paderne Nascente – 2ª Fase” foi aberta a conta de ordem 093220356002616 de modo a contabilizar as retenções efetuadas na referida empreitada. No entanto, por lapso dos serviços, as respetivas retenções foram lançadas na conta 093220346002616. Para retificar esta incorreção, procedeu-se ao lançamento, em 2012, a débito do valor de 2.949,40 €, da conta 093220356002616 por contrapartida da conta 093220346002616.

Além desta anomalia foi também aferido que no ano de 2011 ocorreu uma troca de contas de ordem aquando da devolução dos depósitos de garantia retidos referentes a empreitada de “Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Albufeira”, uma vez que as retenções foram efetuadas na conta 093220562007318 no valor de 61.262,10€ e devolvidas através das contas 093220556007318, no valor de 35.225,30 €, e da conta 093220563007318, no valor de 26.036,80 €.

Para retificar estas anomalias foram movimentadas a débito as contas 093220556007318, no valor de 35.225,30 € e 093220563007318, no valor de 26.036,80 € por contrapartida da conta 093220562007318, no valor de 61.262,10 €.

Deste modo, existe uma diferença no valor de 64.211,50 € em relação ao mapa de fluxos de caixa relativo às contas de ordem, uma vez que as correções não implicaram um fluxo monetário.

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respectivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

Código das Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicação de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	3.645.339,25	329.769,95	0,00	3.975.109,20
292	Provisões para riscos e encargos	1.033.720,76	409.432,14	93.357,00	1.349.795,90
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.28. O Resultado líquido do Exercício de 2011 foi negativo em € 7.240.574,17. Foi aprovado, na prestação de contas de 2011, a transferência da totalidade desse valor para a conta 59 – Resultados Transitados.

Em 2011, o Município de Albufeira iniciou uma revisão de procedimentos interna em termos de IVA, tendo constatado que não teria exercido na sua plenitude o direito à dedução do IVA incorrido nas suas operações relativas aos períodos compreendidos entre 2007 e 2010, tendo sido posteriormente alargado também a 2011 e 2012. Com efeito, o Município apenas recuperava o imposto dos gastos afetos exclusivamente a atividades tributadas em IVA. Neste contexto, o Município de Albufeira em Novembro de 2011, apurou através da revisão de metodologia implementada, um IVA a recuperar no valor de 1.298.349,17€ referente a imposto não deduzido nos anos de 2007 e 2009.

Em 30/11/2011 efetuou-se o lançamento contabilístico de modo a registar esta operação, tendo-se afetado, indevidamente, a conta 79851- *Recup. IVA referente aos anos de 2007 e 2009*. No decorrer deste processo de revisão metodológico do IVA, o Município de Albufeira foi alvo de uma ação inspetiva por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira – Serviços de Inspeção Tributária, que detetaram valores de IVA não liquidado e/ou deduzido em excesso entre 2008 e 2010, no valor total de 806.282,37€.

Deste modo foram efetuados lançamentos retificativos na conta 59 – *Resultados Transitados* de forma a traduzir esta regularizações de grande significado que devem afetar os capitais próprios e não os resultados do presente exercício, uma vez que dizem respeito a exercícios anteriores. Neste contexto, afetou-se negativamente a conta 59 – *Resultados Transitados*, no valor de 2.104.631,54€ sendo que 1.298.349,17 correspondem a correção a efetuar ao exercício de 2011 e 806.282,37€ as correções efetuadas em 2012 mas referentes aos anos de 2008 a 2010.

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	100.141,60	692.938,80
Compras	5.167.541,83	224.881,25
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	99.967,08	687.096,44
Custos no exercício	5.167.716,35	230.723,61



8.2.31.

Demonstração de Resultados Financeiros

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
681	Juros suportados	532.620,18	629.361,50	781	Juros obtidos	28.936,25	44.390,27
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	2.248.163,38	2.351.527,06
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	20.610,78	259.225,32
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	1.331,01	2.658,77	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Total.....	1.763.759,22	2.023.122,38	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		2.297.710,41	2.655.142,65		Total.....	2.297.710,41	2.655.142,65

8.2.32.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	109.987,78	294.246,78	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	39.431,83	1.007,05	794	Ganhos em imobilizações	8.080,61	62.882,33
695	Multas e Penalidades	94.672,94	211.456,77	795	Benefícios de penalidades contratuais	579.057,86	385.163,69
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	93.357,00	0,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	159.599,93	115.913,25	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	34.949,34	160.601,54
698	Outros custos e perdas extraordinárias	210.617,84	27.803,20	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.021.627,49	2.120.393,57
	Total.....	1.122.761,98	2.078.614,08		Total.....	1.737.072,30	2.729.041,13